

Coletânea de Dispositivos Legais Federais aplicáveis ao Projeto Vale do Rio Pardo - SAM

Dispositivo legal ou normativo	Ano	Disciplina	Ementa
Constituição Federativa do Brasil	1988	Política ambiental	Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo VI - Do Meio Ambiente
Lei 10.165	2000	Política ambiental	Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente
Lei 9.795	1999	Política ambiental	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política nacional de Educação Ambiental
Lei 7.804	1989	Política ambiental	Altera dispositivos das leis 6.938/81, 7.735/89, 6.803/80 e 6.902/81
Lei 7.797	1989	Política ambiental	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências
Lei 6.938	1981	Política ambiental	Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação
Decreto 6.792	2009	Política ambiental	Altera e acresce dispositivos ao Decreto 99.274/90 para dispor sobre a composição e funcionamento do CONAMA
Resolução CONAMA 422	2010	Política ambiental	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.
Lei 18.712	2010	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências, e o art. 3 da Lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências.
Lei 12.334	2010	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4o da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.
Lei 9.984	2000	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
Lei 9.966	2000	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Lei 9433	1997	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Decreto 4613	2003	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
Decreto 4136	2002	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 430	2011	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução 357 / 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA
Resolução CONAMA 397	2008	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Altera inciso e tabela do artigo 34 da RC 357/05 que dispõe sobre a classificação de corpos de águas
Resolução CONAMA 396	2008	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento de águas subterrâneas
Resolução CONAMA 370	2006	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no art. 44 da Resolução CONAMA 357/2005
Resolução CONAMA 357	2005	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências
Resolução CONAMA 273	2000	Recursos hídricos / Qualidade das águas / Efluentes líquidos	Dispõe sobre prevenção e controle da poluição em postos de combustíveis e serviços
Lei 12.114	2009	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
Lei 10.203	2001	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dá nova redação aos artigos 9º e 12 da lei 8.723/93, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores
Lei 8.723	1993	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências
Resolução CONAMA 433	2011	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas
Resolução CONAMA 429	2010	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Altera o art. 4º e art. 5º, caput e §1º da Resolução CONAMA nº 418, de 2009, estabelecendo novos prazos para o Plano de Controle da Poluição Veicular e o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso
Resolução CONAMA 418	2009	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso.
Resolução CONAMA 415	2009	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre nova fase (PROCONVE L6) de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE para veículos automotores leves novos de uso rodoviário e dá outras providências.
Resolução CONAMA 414	2009	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Altera a resolução no 18, de 6 de maio de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e reestrutura a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE-CAP, em seus objetivos, competência, composição e funcionamento
Resolução CONAMA 410	2009	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no art. 44 da Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, e no Art. 3 da Resolução nº 397, de 3 de abril de 2008.
Resolução CONAMA 403	2008	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre a nova fase de exigência do Programa de Controle da Poluição do AR por Veículos Automotores - PROCONVE, para veículos pesados novos
Resolução CONAMA 272	2000	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Define novos limites máximos de emissão de ruídos por veículos automotores
Resolução CONAMA 256	1999	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece regras e mecanismos para inspeção de veículos quanto às emissões de poluentes e ruídos, regulamentando o Art. 104 do Código Nacional de Trânsito

Dispositivo legal ou normativo	Ano	Disciplina	Ementa
Resolução CONAMA 252	1999	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece, para os veículos rodoviários automotores, inclusive veículos encarroçados, complementados e modificados, nacionais ou importados, limites máximos de ruído nas proximidades do escapamento, para fins de inspeção obrigatória e fiscalização de veículos em uso
Resolução CONAMA 251	1999	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece critérios, procedimentos e limites máximos de opacidade da emissão de escapamento para avaliação do estado de manutenção dos veículos automotores do ciclo Diesel
Resolução CONAMA 242	1998	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece limites máximos de emissão de poluentes
Resolução CONAMA 241	1998	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece limites máximos de emissão de poluentes
Resolução CONAMA 229	1997	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Regulamenta o uso de Substâncias Controladas que destroem a Camada de Ozônio
Resolução CONAMA 227	1997	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Regulamenta a implantação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso I/M
Resolução CONAMA 226	1997	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece limites máximos de emissão de fuligem de veículos automotores
Resolução CONAMA 020	1996	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Define itens de ação indesejável, referente a emissão de ruído e poluentes atmosféricos
Resolução CONAMA 018	1995	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Determina que a implantação dos Programas de Inspeção e Manutenção para Veículos Automotores em Uso - I/M - somente poderá ser feita após a elaboração de Plano de Controle de Poluição por Veículos em uso - PCPV - em conjunto pelos órgãos ambientais estaduais e municipais
Resolução CONAMA 017	1995	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Ratifica os limites máximos de emissão de ruído por veículos automotores e o cronograma para seu atendimento previsto na Resolução CONAMA 008/93 (art. 20), que complementa a Resolução 018/86, que institui, em caráter nacional, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, estabelecendo limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados
Resolução CONAMA 016	1995	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Complementa a Resolução CONAMA 008/93, que complementa a Resolução 018/86, que institui, em caráter nacional, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, estabelecendo limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados, determinando homologação e certificação de veículos novos do ciclo Diesel quanto ao índice de fumaça em aceleração livre
Resolução CONAMA 015	1995	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece nova classificação de veículos automotores, para o controle de emissão veicular de gases, material particulado e evaporativa, considerando os veículos importados
Resolução CONAMA 013	1995	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece prazo para o cadastramento de empresas que produzam, importem, exportem, comercializem ou utilizem substâncias controladas que destroem a camada de ozônio
Resolução CONAMA 016	1993	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Ratifica os limites de emissão, os prazos e demais exigências contidas na Resolução CONAMA 018/86, que institui o Programa Nacional de Controle da Poluição por Veículos Automotores - PROCONVE, complementada pelas Resoluções CONAMA 03/89, 004/89, 06/93, 07/93, 008/93 e pela Portaria IBAMA 1.937/90; torna obrigatório o licenciamento ambiental junto ao IBAMA para as especificações, fabricação, comercialização e distribuição de novos combustíveis e sua formulação final para uso em todo o país
Resolução CONAMA 008	1993	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Complementa a Resolução 018/86, que institui, em caráter nacional, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, estabelecendo limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados
Resolução CONAMA 007	1993	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Define as diretrizes básicas e padrões de emissão para o estabelecimento de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M
Resolução CONAMA 001	1992	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Estabelece, para veículos automotores nacionais e importados, exceto motocicletas, motonetas, triciclos, ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos semelhantes, nacionais e importados, limites máximos de ruído com o veículo em aceleração e na condição parado
Resolução CONAMA 008	1990	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR
Resolução CONAMA 003	1990	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR
Resolução CONAMA 002	1990	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora - SILÊNCIO
Resolução CONAMA 001	1990	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais
Resolução CONAMA 018	1986	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE
Resolução CONAMA 010	1984	Qualidade do Ar / Emissões atmosféricas / Ruídos	- Resolução CONAMA 010/1984, de 26/09/1984 - "Dispõe sobre medidas destinadas ao controle da Poluição causada por Veículos Automotores";
Lei 7.653	1988	Fauna	Altera a redação dos artigos 18, 27, 33 e 34 da Lei 5.197/67, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências
Lei 7.584	1987	Fauna	Acrescenta parágrafo ao artigo 33 da Lei 5.197/67, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências
Lei 5197	1967	Fauna	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências
Resolução CONAMA 394	2007	Fauna	Estabelece os critérios para a determinação das espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação
Resolução CONAMA 009	1996	Fauna	Estabelece corredor de vegetação área de trânsito a fauna
Lei 11.428	2006	Flora	Dispõe sobre a proteção e utilização do bioma Mata Atlântica
Lei 11.284	2006	Flora	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável
Medida Provisória 2166-67	2001	Flora	Altera os arts. 1o, 4o, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural - ITR, e dá outras providências
Lei 7.875	1989	Flora	Altera dispositivo (parágrafo único do artigo 5º) da Lei 4.771/65 que dispõe sobre o Código Florestal
Lei 7.803	1989	Flora	Altera a redação das alíneas a, c, g e h do parágrafo único do artigo 2º, parágrafos 2º e 3º do artigo 16, caput do artigo 19, artigos 22, 44, 45 e 46 da Lei 4.771/65, e revoga as leis 6.535/78 e 7.511/86
Lei 12.651	2012	Flora	Institui o novo Código Florestal
Decreto 5.975	2006	Flora	Regulamenta os artigos 12, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei 4.771/65 (Código Florestal)
Decreto 750	1993	Flora	Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 423	2010	Flora	Dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pela Mata Atlântica.
Resolução CONAMA 417	2009	Flora	Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências.

Dispositivo legal ou normativo	Ano	Disciplina	Ementa
Resolução CONAMA 392	2007	Flora	Define vegetação primária e secundária de regeneração da Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais
Resolução CONAMA 388	2007	Flora	Dispõe sobre a convalidação das Resoluções que definem a vegetação primária e secundária de regeneração da Mata Atlântica
Resolução CONAMA 317	2002	Flora	Regulamenta a Resolução 278 / 2001, que dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.
Resolução CONAMA 300	2002	Flora	Complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2º da Resolução 278 / 2001
Resolução CONAMA 278	2001	Flora	Dispõe sobre corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica
Resolução CONAMA 249	1999	Flora	Define diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica
Resolução CONAMA 003	1996	Flora	Esclarece que vegetação remanescente de Mata Atlântica abrange a totalidade de vegetação primária e secundária em estágio inicial, médio e avançado de regeneração, com vistas à aplicação do Decreto 750/93
Resolução CONAMA 010	1993	Flora	Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica
Lei 7.754	1989	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências
Lei 6.902	1981	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre a criação de estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental
Lei 9.985	2000	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências
Decreto 4340	2002	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências
Decreto 4339	2002	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade
Resolução CONAMA 429	2011	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs
Resolução CONAMA 428	2010	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA. Estipula critérios para Zona de Amortecimento
Resolução CONAMA 369	2006	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP
Resolução CONAMA 303	2002	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente
Resolução CONAMA 302	2002	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno
Resolução CONAMA 002	1996	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Determina a implantação de unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente Estação Ecológica, a ser exigida em licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, como reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, em montante de recursos não inferior a 0,5 % (meio por cento) dos custos totais do empreendimento. Revoga a Resolução CONAMA 10/87, que exigia como medida compensatória a implantação de estação ecológica
Resolução CONAMA 012	1989	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre a proibição de atividades em Área de Relevante Interesse Ecológico que afete o ecossistema
Resolução CONAMA 012	1988	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre a declaração das ARIEs como Unidades de Conservação para efeitos da Lei Sarney
Resolução CONAMA 011	1988	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre as queimadas nas Unidades de Conservação
Resolução CONAMA 010	1988	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre a regulamentação das APAs
Resolução CONAMA 002	1988	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre a proibição de qualquer atividade que possa pôr em risco a integridade dos ecossistemas e a harmonia da paisagem das ARIEs
Resolução CONAMA 011	1987	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre a declaração da Unidades de Conservação, várias categorias e sítios ecológicos de relevância cultural
Resolução CONAMA 004	1985	Preservação Permanente / Unidades Conservação / Biodiversidade	Dispõe sobre definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas
Lei Nº 12305	2010	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei no 9.605 / 1998 e dá outras providências.
Resolução CONAMA 416	2009	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada;
Resolução CONAMA 404	2008	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte para resíduos sólidos urbanos
Resolução CONAMA 401	2008	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Estabelece limites máximos de chumbo, cádmio, e mercúrio para pilhas e baterias no território nacional
Resolução CONAMA 362	2005	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Dispõe sobre o Refino de Óleo Lubrificante
Resolução CONAMA 358	2005	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências
Resolução CONAMA 348	2004	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Altera a Resolução CONAMA no 307 / 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.
Resolução CONAMA 316	2002	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos / Alterada pela RC 386/2006
Resolução CONAMA 313	2002	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais

Dispositivo legal ou normativo	Ano	Disciplina	Ementa
Resolução CONAMA 307	2002	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil / Alterada pelas RCs 348/2004 e 431/2011
Resolução CONAMA 275	2001	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva
Resolução CONAMA 258	1999	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Determina que as empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final ambientalmente adequadas aos pneus inservíveis
Resolução CONAMA 257	1999	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Estabelece que pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, tenham os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados
Resolução CONAMA 023	1996	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos
Resolução CONAMA 037	1994	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Adota definições e proíbe a importação de resíduos perigosos - Classe I - em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim, inclusive reciclagem/reaproveitamento
Resolução CONAMA 007	1994	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Adota definições e proíbe a importação de resíduos perigosos - Classe I - em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim, inclusive reciclagem";
Resolução CONAMA 009	1993	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Estabelece definições e torna obrigatório o recolhimento e destinação adequada de todo o óleo lubrificante usado ou contaminado
Resolução CONAMA 005	1993	Resíduos sólidos / Óleos e graxas	Estabelece definições, classificação e procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários
Decreto 97.632	1999	Recuperação de áreas degradadas	Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, inciso VIII, da Lei 6.938/81 e cria a obrigatoriedade de apresentação de PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para empreendimentos que se destinem à exploração de recursos minerais
Resolução CONAMA 420	2009	Recuperação de áreas degradadas	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas
Decreto 6.848	2009	Compensação ambiental	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 4.340/02 para regulamentar a compensação ambiental;
Resolução CONAMA 371	2006	Compensação ambiental	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências
Resolução CONAMA 010	1987	Compensação ambiental	Dispõe sobre o ressarcimento de danos ambientais causados por obras de grande porte
Lei 9605	1998	Infrações e crimes ambientais	Lei dos Crimes Ambientais - dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências
Lei 7.347	1985	Infrações e crimes ambientais	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, histórico, turístico e dá outras providências
Decreto 6686	2008	Infrações e crimes ambientais	Altera e acresce dispositivos ao Decreto 6514/2008 que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente
Decreto 6514	2008	Infrações e crimes ambientais	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente
Decreto 3179	1999	Infrações e crimes ambientais	Regulamenta a Lei 9605/98 (Crimes Ambientais) - Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências
Lei 3.924	1961	Sítios arqueológicos / Cavidades subterrâneas / Patrimônio Histórico e Cultural	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
Resolução CONAMA 425	2010	Sítios arqueológicos / Cavidades subterrâneas / Patrimônio Histórico e Cultural	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado
Resolução CONAMA 347	2004	Sítios arqueológicos / Cavidades subterrâneas / Patrimônio Histórico e Cultural	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico
Resolução CONAMA 005	1987	Sítios arqueológicos / Cavidades subterrâneas / Patrimônio Histórico e Cultural	Dispõe sobre o Programa Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico, e dá outras providências
Resolução CONAMA 004	1987	Sítios arqueológicos / Cavidades subterrâneas / Patrimônio Histórico e Cultural	Dispõe sobre a declaração como sítios de relevância cultural todas as Unidades de Conservação, Monumentos Naturais, Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos e Hortos Florestais, criados a nível federal, estadual e municipal
Portaria IPHAN 230	2002	Sítios arqueológicos / Cavidades subterrâneas / Patrimônio Histórico e Cultural	Dispõe sobre os procedimentos necessários para obtenção das licenças ambientais referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas;
Portaria IPHAN 07	1988	Sítios arqueológicos / Cavidades subterrâneas / Patrimônio Histórico e Cultural	Dispõe sobre os procedimentos para prospecções e resgates arqueológicos
Instrução Normativa IPHAN 01	2003	Sítios arqueológicos / Cavidades subterrâneas / Patrimônio Histórico e Cultural	Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme específica.